

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.467 - MG (2018/0328452-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : **FERNANDO VIEIRA RODRIGUES**  
**AGRAVANTE** : **GRAZIELA DA SILVA VASCONCELOS**  
**AGRAVANTE** : **ISA MARIA BONFIM PORTUGAL**  
**AGRAVANTE** : **KATIA REGINA FERRAZ NETTO**  
**AGRAVANTE** : **WILSON RIBEIRO DA SILVA JUNIOR**  
**ADVOGADOS** : **SÉRGIO MURILO DINIZ BRAGA E OUTRO(S)** - MG047969  
                  **DIOGO JOSÉ DA SILVA** - MG101277  
                  **MARCO ANTONIO MENDES DE ARAUJO** - MG100559  
**AGRAVADO** : **AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE DE**  
                  **CONTAGEM - TRANSCON**  
**ADVOGADOS** : **LUÍS FELIPE RAMOS CALAZANS** - MG118487  
                  **LUIS ANDRE DE ARAUJO VASCONCELOS** - MG118484  
                  **ANDREA CARVALHO SOARES E OUTRO(S)** - MG073053N

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por **Fernando Vieira Rodrigues e outros** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 932):

*EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SENTENÇA.*

*NULIDADE INEXISTENTE. FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS. AUTARQUIA MUNICIPAL. ADICIONAL NOTURNO E SOBREJORNADA DE TRABALHO. PAGAMENTO COMPROVADO. ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE. DIREITO INEXISTENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. A invalidade da sentença ocorre somente no caso de ausência de fundamentos. Ausente o vício, a sentença revela-se válida.*

*2. Comprovado o pagamento das horas extras trabalhadas e do labor noturno, inexistente o crédito reclamado.*

*3. Demonstrado, mediante perícia judicial, a ausência de trabalho insalubre ou perigoso, inexistente o direito aos adicionais respectivos.*

*4. Apelação cível conhecida e não provida, mantida a sentença que rejeitou a pretensão inicial e rejeitada uma preliminar.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015 (fls. 954/957).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 373, 489, §1º, IV, 926 e 1.022 do CPC/2015. Sustenta negativa de prestação jurisdicional, sob o argumento de que o acórdão recorrido restou omissos na apreciação das seguintes teses: (a) omissão relativa à uniformização de jurisprudência, para garantir a segurança jurídica e a isonomia entre os servidores da TRANSCON; (b) omissão e contradição acerca da valoração documental viciada, decorrente da incongruência entre as informações contidas nos autos - especialmente no que se refere à admissibilidade das folhas de ponto britânicas, os valores trabalhistas não pagos ou pagos irregularmente; e (c) omissão quanto à admissibilidade da prova emprestada e sobre as demais provas produzidas pelos recorrentes que rechaçam a perícia.

No mérito, afirma que houve vício na valoração jurídica das provas coligidas nos autos, tendo sido demonstrado o direito ao recebimento de horas extras, do adicional noturno, de periculosidade e de insalubridade.

**É o relatório.**

A irresignação não comporta acolhida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, extrai-se do aresto recorrido a seguinte fundamentação (fls. 934/937):

*Mérito.*

*Cumpra perquirir se os apelantes têm direito aos adicionais de insalubridade, periculosidade e noturno, bem como se laboraram em sobrejornada não remunerada.*

*Passo ao exame da prova.*

*Os recorrentes trouxeram, com a petição inicial, os documentos de ff. 10/48. Destaque especial para os contracheques dos apelantes.*

*A recorrida juntou, com a contestação, os documentos de ff. 58/520.*

*Destaco as folhas de ponto dos funcionários.*

*Juntou, também, os contracheques de ff. 694/775.*

*Houve produção de prova pericial com laudo oficial juntado às ff.*

*625/669. O perito judicial concluiu que os apelantes não laboram expostos a condições insalubres ou perigosas (f. 644).*

*A testemunha Wagner Paula de Souza Santos, no depoimento de f.*

*791, informou que exerce a mesma função dos apelantes.*

*Afirmou que a*

*recorrida remunera a sobrejornada de seus funcionários. Asseverou que o horário reservado para almoço é respeitado pela autarquia. Estes os fatos.*

*Em relação ao direito, a ação de cobrança pressupõe a existência de uma dívida e que foi inadimplida pelo solvens. Assim ensina De Plácido e Silva no Vocabulário jurídico, 5. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1978, vol. 1, p. 21:*

*(...)*

*Ao autor cabe o ônus de provar os fatos constitutivos do seu direito, enquanto o réu tem o onus probandi relativo aos fatos impeditivos ou modificativos do direito do autor. José Frederico Marques, na obra atualizada por Ovidio Rocha Barros Sandoval, Instituições de direito processual civil, Campinas: Millennium, 2000, vol. III, p. 341, ensina:*

*(...)*

*Em primeiro lugar, observo que o labor noturno dos recorrentes foi devidamente remunerado, conforme demonstrativos trasladados às ff. 59, 1139, 198, 322 e 448. E não há que se falar em incorporação do adicional na remuneração dos funcionários.*

*Em segundo lugar e no que diz respeito à sobrejornada de trabalho, anoto que o labor durante o repouso semanal remunerado foi compensado financeiramente de forma regular (ff. 60, 138, 199, 362, 424 e 449). No que diz respeito ao eventual trabalho durante o "horário de almoço", a situação não restou comprovada pelos apelantes. Ao contrário, a prova oral produzida e os espelhos de ponto trasladados demonstram que inexistiu a sobrejornada.*

*Em terceiro lugar e acerca dos adicionais de insalubridade e*

*periculosidade pretendidos pelos recorrentes, observo que a prova pericial é demasiadamente clara e conclusiva quanto à inexistência de labor em condições insalubre ou perigosas (f. 644). Assim, não há que se falar nos mencionados adicionais.*

*Portanto, força é concluir que, sob qualquer enfoque, os direitos e verbas trabalhistas reclamados inexistem. Logo, o inconformismo desafia rejeição.*

*Com estes fundamentos, nego provimento à apelação.*

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, firmada no sentido de que as provas coligidas aos autos não demonstram o direito à percepção dos adicionais pleiteados, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Em reforço:

*PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ADICIONAL NOTURNO. DIREITO RECONHECIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIAS DE PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.*

*I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.*

*II - In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, no que tange ao adicional noturno, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.*

*III - O acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta Corte, segundo o qual o julgamento antecipado da lide não caracteriza cerceamento de defesa quando verificada a existência de provas suficientes para o convencimento do magistrado.*

*IV - Não apresentação de argumentos suficientes para deconstituir a decisão recorrida.*

*V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.*

*VI - Agravo Interno improvido.*

**(AgInt no REsp 1737610/CE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 10/09/2018)**

**ADMINISTRATIVO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/ 73. INEXISTÊNCIA. PRETENSA DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.**

*I - Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultratividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.*

*II - Em relação à indicada violação do art. 535 do CPC/73 pelo Tribunal a quo, não se vislumbra a alegada omissão da questão jurídica apresentada pelo recorrente, qual seja, qual item ou subitem da NR15 do MTE em que estaria encartada a atividade de cozinheira como insalubre, bem como a data em que insere a atividade na referida NR, o julgador abordou a questão às fls.*

*234, na ocasião do julgamento dos embargos declaratórios opostos pelo ora recorrente, consignando que: "O v. acórdão apreciou devidamente todos os argumentos feitos pela embargante em seu recurso, concluindo pela procedência do pedido por mais de um motivo. As alegações quanto aos itens e subitens da NR 15, introduzida pela Portaria MTB nº 3214/1978. não foram mencionadas na apelação, não cabendo, portanto, sua apreciação, em sede de embargos de declaração, por se tratar de indevida inovação recursal. vedada pelo ordenamento jurídico (STJ. AgRg no Ag 905970/PR, Rei. Min. Denise Arruda. DJ de 17.12.2007; AgRg no Resp 978586. Rei. Juiz Fed Conv. Carlos Fernando Mathias, DJ de 19.12.2007)".*

*III - Neste panorama, o debate da questão trazida à discussão caracterizar-se-ia inovação recursal, o que não viabiliza o*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*referido recurso. Descaracterizada a alegada omissão, se tem de rigor o afastamento da suposta violação do art. 535 do CPC/73, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

*IV - No mérito, não merece melhor sorte o recorrente. O agente nocivo (calor - fl. 138), que serviu como justificativa para o recebimento do aludido adicional, encontra-se inserto na NR-15 do MTE desde sua publicação, em 06/07/1978, não havendo falar em ausência de indicação da data de inclusão da atividade como insalubre, mesmo se fosse o caso.*

*V - Por outro lado, o Tribunal de origem, quando do julgamento da apelação, assentou que a autora, ora recorrida, desde sua admissão em 2006, sempre desempenhou suas atividades nas mesmas condições das avaliadas pelo laudo de 2008, e, ainda, que tal afirmação não foi infirmada pelo recorrente.*

*VI - Ou seja, considerando que a atividade exercida pela é listada como insalubre desde a edição da portaria em 1978 e, considerando que restou delineado que a Autora, ora recorrida, sempre desempenhou suas atividades estando submetidas às mesmas condições, é de rigor o reconhecimento do direito ao recebimento do pleiteado adicional de insalubridade. Neste sentido: AgRg no REsp 977.608/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 28/09/2009) VII - Ademais, mesmo que assim não fosse, rever as conclusões do acórdão a quo, importaria necessário o revolvimento dos fatos e provas, o que é inviável na via especial, ante o óbice decorrente do enunciado da Súmula n. 7/STJ.*

*VIII - Agravo interno improvido.*

**(AgInt no REsp 1640315/ES, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 13/04/2018)**

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator